

Arqueologia educacional de um território: uma década de aprendizagens na freguesia de Juromenha (Alandroal)

Bravo Nico

Universidade de Évora

jbn@uevora.pt

Lurdes Nico

Direcção Regional de Educação do Alentejo

lurdes.nico@drealeentejo.pt

Antónia Tobias

Universidade de Évora

avieirat@uevora.pt

Elisabete Galhardas

Câmara Municipal do Alandroal

betajpg@gmail.com

Florbela Valadas

Câmara Municipal do Alandroal

valadasbel@gmail.com

Vítor Zorreta

Universidade de Évora

vitorcaeiro86@gmail.com

Resumo

Conhecer e caracterizar o universo de aprendizagens disponível e concretizado num determinado território (concelho do Alandroal), e num determinado período (1997-2007), assumiu-se como a finalidade de um projecto de investigação que decorre desde 2008 e que é promovida pela Universidade de Évora e financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A reconstituição da realidade educacional deste município português, nas seis dimensões geográficas correspondentes às seis freguesias que o integram, tem revelado uma *fotografia* diversificada, no que respeita às instituições promotoras de qualificação e às trajectórias de aprendizagem que os indivíduos têm concretizado.

A comunicação que se apresenta *retrata* a realidade encontrada na mais pequena freguesia do concelho do Alandroal: Juromenha.

Palavras-chave – Aprendizagem ao longo da vida; Educação de Adultos; Aprendizagem não-formal

Arqueologia educacional de um território: uma década de aprendizagens na freguesia de Juromenha (Alandroal)

Bravo Nico

University of Évora

jbn@uevora.pt

Lurdes Nico

Regional Directorate of Education Alentejo

lurdes.nico@drealentejo.pt

Antónia Tobias

University of Évora

avieirat@uevora.pt

Elisabete Galhardas

Municipality of Alandroal

betajpg@gmail.com

Florbela Valadas

Municipality of Alandroal

valadasbel@gmail.com

Vítor Zorreta

University of Évora

vitorcaeiro86@gmail.com

Abstract

Know and characterize the universe of learning available and achieved within a given territory (municipality of Alandroal) and in a given period (1997-2007) was assumed as the purpose of a research project running from 2008 and is promoted by the University of Évora and funded by the Foundation for Science and Technology (Portugal).

The reconstruction of the educational reality of this portuguese municipality, in the six geographic dimensions corresponding to the six parishes that comprise it, has revealed a diverse picture with regard to the skill promoting institutions and to the trajectories of learning that individuals have achieved.

The present communication depicts the reality found in the smallest parish of the municipality of Alandroal: Juromenha.

Keywords – Lifelong Learning; Adult Education; Non-formal Learning

I. Introdução

Em Novembro de 2007, iniciou-se um dos maiores projectos de investigação em Educação, actualmente em curso, na região Alentejo, envolvendo a Universidade de Évora, a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Associação de Desenvolvimento Comunitário SUÃO, o jornal regional Diário do SUL e a Câmara Municipal do Alandroal, sendo financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal.). O projecto denominado “*Arqueologia das Aprendizagens no Concelho do Alandroal*”, assume, como grande finalidade, a realização da identificação e caracterização do universo de oportunidades de aprendizagens disponíveis e concretizadas num determinado território (Concelho do Alandroal), durante uma década (1997-2007). A reconstituição da realidade educacional deste município português, nas seis dimensões geográficas correspondentes às seis freguesias que o integram, tem revelado uma *fotografia* diversificada, no que respeita às instituições promotoras de qualificação e às trajectórias de aprendizagem que os indivíduos têm concretizado.

Na comunicação que se apresenta pretendemos *retratar* a realidade encontrada na mais pequena freguesia do concelho do Alandroal: Juromenha. As conclusões deste trabalho podem ser uma preciosa contribuição para os conhecimento e compreensão dos percursos de aprendizagem protagonizados pelos indivíduos e a respectiva relação com as diferentes modalidades de aprendizagem disponíveis num determinado território. De facto, como refere Rothes (2002), o sistema educativo de um determinado território não pode ser reduzido ao conjunto das instituições escolares e de educação formal, pois a aprendizagem não se limita a alguns espaços institucionais, nem se circunscreve ao universo escolar. Esta realidade releva também a importância, para a qualificação da população adulta, do conjunto de actividades de educação presentes na vida quotidiana (em ambientes sociais, profissionais e conviviais).

II. Coordenadas de Caracterização da Freguesia

A Vila de Juromenha, localiza-se a 14 Km do Alandroal, com acesso através da E.N. 373, que liga Alandroal a Elvas e que constitui o principal acesso à Vila.

Apesar da Vila estar situada junto à margem direita do Rio Guadiana, apenso a Espanha, não possui passagem fronteiriça formal, situação originada pela “questão de Olivença”, com implicações no diferendo ao nível de Direito Internacional Público com Espanha.

O território do concelho possui 545 Km² de superfície e é composto por 6 freguesias: Freguesia de N.^a S.^a da Conceição (Alandroal); N.^a S.^a do Loreto (Juromenha); S. Pedro (Terena); Santiago Maior; Mina do Bugalho (S. Brás de Matos; Capelins (S.^{to} António de Capelins).

A freguesia de N.^a S.^a do Loreto é a mais pequena em termos de área. O município é constituído por doze aldeias, Rosário, Hortinhas, Mina do Bugalho, Faleiros, Ferreira de Capelins, Montejuntos, Marmelos, Orvalhos, Aldeia da Venda, Pias, Casas Novas de Mares e Cabeça de Carneiro e por três vilas, Terena, Juromenha e a sede de concelho – Alandroal.

A) Caracterização e Enquadramento Histórico

Juromenha é uma pequena Vila do Concelho, no extremo Norte do distrito de Évora, implementada num largo outeiro, a 250 metros de altitude, que domina o Guadiana, a Este e a Sul e a Ribeira de Mures a Norte. A sua existência e importância não podem ser dissociadas do rio e da Fortaleza, imponente e monumental que se destaca na paisagem. Por outro lado, a proximidade com importantes núcleos urbanos, a Nordeste de Alandroal, a Noroeste de Olivença e a sudoeste de Elvas e Badajoz, determinam a sua posição geográfica-estratégica e a importância que adquiriu durante alguns períodos históricos como um local de defesa e domínio contra o inimigo. Mas a fortaleza outrora imponente não passa hoje de uma lamentável ruína. Designada historicamente por sentinela do Guadiana, antiga Vila e praça forte, cavalcando a margem direita do rio, tendo sido cabeça de Concelho, é hoje, apenas, a freguesia de N.^a S.^a do Loreto, do Concelho de Alandroal. Dela

diz o ditado: Juromenha boa de trigo e melhor de lenha. Dominando este ponto de travessia do rio Guadiana, a ocupação de seu sítio remonta a galo-celtas e a Romanos. Ocupada mais tarde quando da Invasão muçulmana da Península Ibérica, à época da Reconquista cristã da península manteve-se por dois séculos como posto -avançado de defesa da importante cidade de Badajoz, desde o século X em mãos do Califado de Córdoba. Vila de origens remotas, foi conquistada aos mouros - que a denominavam de CHELMENA -, em 1167, por D. Afonso I.

A fortaleza ocupou lugar de relevo nas lutas da formação da nacionalidade, conquistada aos mouros em 1167 por D. Afonso Henriques. Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público através do Decreto nº 41.191, de 18 de Julho de 1957. Em precário estado de conservação, encontram-se concluídos os trabalhos de prospecção arqueológica, encontrando-se pendente de aprovação um projecto de requalificação de suas dependências como instalação hoteleira, inscrito num programa mais vasto de turismo para a região.

B) Caracterização Sócio - Demográfica

O declínio da actividade agrícola e o aumento dos serviços, que se concentram nos lugares de maior dimensão, conduziu à redução do efectivo populacional que se tem vindo a envelhecer.

O decréscimo e o envelhecimento da população está, também, interligado com a migração interna. Encontrando-se debilitado o tecido económico da região devido à fraca industrialização, os jovens e desempregados do sector agrícola, não sendo absorvidos pelos mercado de trabalho regional, procuram, sobretudo os primeiros, melhores condições de vida e trabalho em outras regiões mais desenvolvidas e, conseqüentemente, mais atractivas.

Em relação aos que durante toda a vida trabalharam na agricultura, em actividades sazonais, e pelo facto de as suas qualificações escolares e profissionais serem reduzidas, não têm motivação e força de vontade suficientes para apostarem numa mudança, quer em termos de procura de emprego numa outra actividade, quer para uma possível migração para outra região.

O concelho apresenta em termos demográficos, e em relação ao país, um acentuado aumento de idosos e uma diminuição de jovens.

A freguesia sempre teve uma baixa densidade populacional, porém nunca tão baixa como em 1991, que atingiu os 5,9 hab/km², principalmente se os compararmos com os 23,5 hab/km² da Região Alentejo. A população isolada nunca ultrapassou os 30% da população da freguesia de N.^a S.^a do Loreto, mas em 1991 é apenas 12%, o mais baixo valor verificado.

Quadro 1: População por Grupos Etários

Gr. Etári	População		Decres c.	%	
	199	198		1991	1981
0-5	5	13	-8	3,3%	5,7%
6-9	11	9	2	7,2%	3,9%
10-13	5	25	-20	3,3%	11,0 %
14-19	10	37	-27	6,6%	16,2 %
20-64	92	113	-21	60,5 %	49,6 %
>65	29	31	-2	19,1 %	13,6 %
	152	228	-76		

Conforme se pode constatar no quadro anterior, entre 1981 e 1991, a população diminuiu em todos os grupos etários, de forma mais acentuada nas idades compreendidas entre os 10 e os 64 anos.

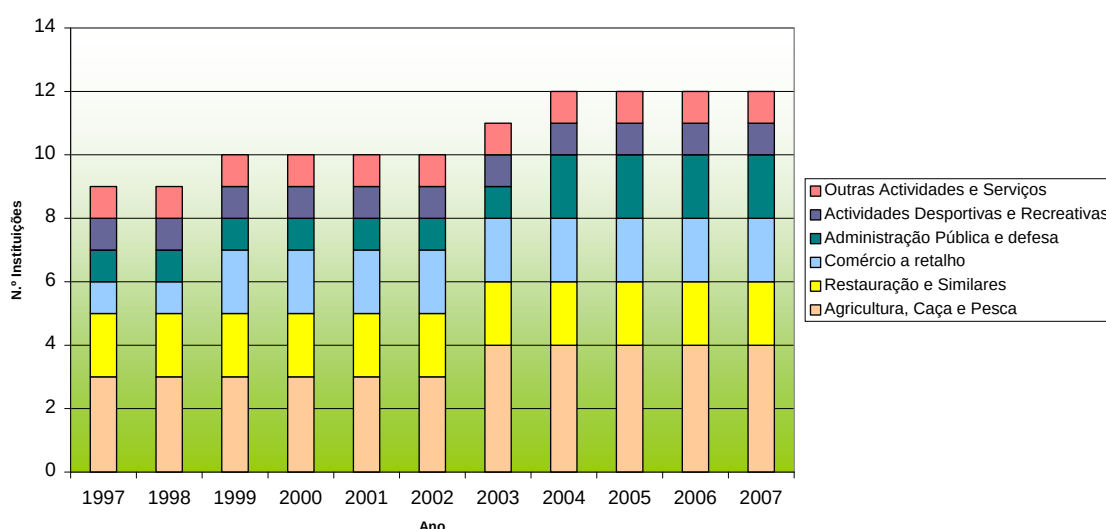
Pode, ainda, verificar-se que a população com menos de 14 anos perde quase 55% da sua população, enquanto a população entre os 14 e os 64 perde apenas 32%.

No que se refere ao peso dos grupos etários na estrutura da população pode observar-se a diminuição dos grupos de menores de 14 anos e de entre os 14 e os 64, isto é, da população em idade activa, tendo como contrapartida o aumento do grupo dos maiores de 64 anos. Esta situação identifica um fenómeno que tem caracterizado todo o Alentejo, o duplo envelhecimento da população, por diminuição dos jovens e aumento dos idosos.

B) Actividades Económicas

De acordo com os grupos de actividade económica (Classificação Portuguesa de Actividades Económicas), as actividades mais representativas na freguesia estão ligadas à agricultura, pecuária, caça e pesca. Facto que vem corroborar uma vinculação entre a acção do homem e os recursos naturais existentes e passíveis de exploração num dado território - Juromenha. As actividades desenvolvidas e mais expressivas logo após ao trabalho rural, pecuária, caça e pesca são o comércio a retalho, restauração e a administração pública e defesa, que proporcionam uma maior dinâmica ao dia-a-dia da população e prestação de serviços. As ofertas desportivas e de natureza religiosa, ao longo dos 10 anos de estudo também se constituíram preponderantes na dinâmica social da população residente.

Gráfico 1: Instituições sedeadas na freguesia de Juromenha, por ano



Da análise da estrutura da população activa, pode-se inferir que 64% dos indivíduos do sector terciário, exercem, na localidade, actividades relacionadas com a Restauração, Comércio e com o ramo dos Transportes e Armazenagem. A actividade de Restauração é aquela que maior significado tem no lugar, ocupando 31% dos activos empregues no sector, por conta própria e em dois estabelecimentos. O Comércio é praticado em três estabelecimentos e com reduzido significado económico. Os restantes indivíduos exercem, por conta de outrém, actividades relacionadas com transporte de mercadorias e Armazenagem. Outros habitantes em idade activa empregues no sector terciário (36%), deslocam-se para Évora, Elvas, Vila Viçosa, Alandroal e Borba, para a prestação de serviços administrativos (recepção, secretariado, segurança pública...).

III. O Território e a Aprendizagem

Actualmente, em Portugal, há a percepção de que, em qualquer contexto territorial, ao conjunto de instituições com directas responsabilidades na disponibilização de ofertas educativas em contexto formal de aprendizagem, se deverá adicionar-se um outro conjunto, mais complexo e rico, de instituições e contextos locais gerador de aprendizagens não formais e informais. São contextos de aprendizagem que se geram nos ambientes quotidianos próprios da malha de relações sociais e familiares existente em cada realidade comunitária de residência, trabalho ou convívio, não esquecendo as corporações, associações e entidades locais que muito enriquecem os contextos não formais de educação. Este segundo conjunto de instituições assume um maior protagonismo na formação dos indivíduos, nos territórios portugueses de cariz marcadamente rural, devido à escassez de espaços formais de aprendizagem, a um forte espírito associativo e de participação cívica e social ainda existente no seio das pequenas comunidades locais portuguesas e concretizado na existência de um universo considerável de instituições oriundas da sociedade civil. O território é, neste âmbito, um elemento estruturante de todas as dinâmicas sociais que nele se geram e desenvolvem. É neste contexto que Ferragolo da Veiga (2005:233) refere que existem *“duas questões consideradas fundamentais para a compreensão da mudança no meio rural: uma concepção do espaço que considera a especificidade do seu território, função da sua história acumulada e da constelação de relações sociais, locais e globais; e uma concepção de actor, com capacidade reflexiva e de acção, que não retira importância à dimensão estrutural, mas que com ela se encontra intimamente associada”*.

Em Portugal, com a implementação dos processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), desde o ano 2000, foi possível começar a ter uma percepção mais clara da importância relativa das instituições e contextos locais no conjunto de aprendizagens concretizadas pelos indivíduos adultos, ao longo dos respectivos percursos vitais. Na realidade, ao basear-se numa matriz de abordagem em que as histórias de vida começaram a assumir um papel determinante, tem vindo a ser possível ter uma noção mais aproximada do que é a verdadeira importância da acção educadora das instituições locais das mais diferentes naturezas: empresas, associações de desenvolvimento, desportivas, de

solidariedade, culturais, recreativas, juvenis e de âmbito religioso. Até, porque, como nos refere Arroteia *et al* (2000:157), *“a designação de mapa educativo contempla a existência de outros espaços educativos, que não só a escola, facto que não deve deixar de ser encarado, na actualidade.”*

A formação dos indivíduos é, neste contexto, um processo dinâmico que reflectirá, estruturalmente, as oportunidades de aprendizagem, local e territorialmente, existentes. Assim sendo, o conhecimento pormenorizado desta rede local de instituições e contextos promotores de oportunidades de aprendizagem é essencial para a cartografia completa da realidade educativa de um território (Imaginário, 2007:27). Naturalmente, este exercício conceptual assume o pressuposto de que as dimensões geográfica, demográfica, social, económica e social condicionarão a geometria do **mapa das aprendizagens** de cada território e de cada indivíduo. Um mapa onde todos os *nós* da rede se deverão considerar, porque todos eles são, na realidade, *coordenadas* por onde passam os indivíduos nas suas trajectórias vitais (Nico, 2008:14). Até porque, no presente, *“a hegemonia da forma escolar e o monopólio educativo da escola têm vindo a ser postos em causa no domínio dos princípios (concepção de educação permanente) mas também no domínio das práticas”* (Canário, 1996:7).

No território objecto do nosso estudo (Concelho do Alandroal – localizado na região Alentejo, ao Sul de Portugal), como em qualquer outro contexto geográfico, social e cultural, existe um universo de oportunidades de aprendizagem. Se considerarmos que todo *“o acto educativo está imerso num determinado contexto, que é a síntese de factores como o tempo, o espaço, a história, as experiências, os projectos e as circunstâncias naturais em que se desenvolvem os agentes da prática educativa”* (Gómez, Freitas & Callejas, 2007:177), o estudo e a consideração do potencial educativo dos territórios é, na actualidade, uma das preocupações fundamentais no desenho e concretização de políticas locais promotoras de um modelo de desenvolvimento humano, cultural, económico e social. O conceito de *Cidade Educadora*, incorporando este pensamento, aponta, na realidade, para a promoção de territórios geradores e promotores de boas condições para o exercício, com boa qualidade, do Direito à Educação, por parte dos indivíduos neles residentes ou neles intervenientes. É neste novo contexto que os territórios locais se assumem, também, como espaços de *“relegitimação da acção pública”* (Ferreira, 2005:102).

IV. Método: Procedimentos Metodológicos

Nas circunstâncias descritas, entendemos que a trajectória da investigação que, em 2007, iniciámos, teria que passar, obrigatoriamente, pelo recenseamento de todas as instituições em actividade no território do concelho do Alandroal, independentemente da respectiva área de actividade. Para tal, assumimos, como *instituição*, toda a *entidade*, juridicamente existente e fiscalmente activa.

Como *aprendizagem institucional*, foi considerada toda a oportunidade de aprendizagem identificada (em qualquer contexto) que revelasse um mínimo de intencionalidade e estruturação e que tivesse resultado da acção das instituições inquiridas, no período em estudo (1997-2007). Para garantir adequadas condições de concretização da pesquisa, foram estabelecidos protocolos com as autarquias locais (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), a Direcção Regional de Educação do Alentejo, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional e o Agrupamento de Escolas do Alandroal.

Desde o início de concretização do projecto, a Câmara Municipal do Alandroal disponibilizou apoio ao projecto de investigação, através da utilização de um gabinete, nas suas instalações físicas, e recursos humanos, 2 funcionárias com dedicação exclusiva a este projecto, com formação académica adequada aos objectivos do projecto e 1 um estagiário a tempo parcial.

Entre Janeiro de 2008 e a actualidade, uma equipa de investigadores tem em trabalho de campo concretizado o procedimento metodológico da pesquisa, de acordo com as seguintes fases:

- 1.^a Fase (Janeiro/2008-Junho/2009): Aplicação dos *Questionários das Aprendizagens Institucionais I e II (QAI I e QAI II)* a 286 instituições que se disponibilizaram a participar, de um universo de 328 instituições identificadas no território. Esta primeira fase destinou-se a identificar e caracterizar os universos de instituições existentes no território e de aprendizagens por elas organizadas e disponibilizadas;
- 2.^a Fase (em curso): Aplicação do *Questionário das Aprendizagens Pessoais (QAP)* a uma amostra semi-estratificada de 1084 pessoas recenseadas nas freguesias do território em estudo. Esta segunda fase destina-se a identificar e caracterizar o universo de aprendizagens concretizadas pela população adulta residente no território (concelho do Alandroal) durante uma década (1997-2007).

V. Os Resultados Disponíveis

a) Dimensão Institucional

Da aplicação e posterior análise da informação recolhida pelos QAI I , QAI II na freguesia de Juromenha, é possível, à data desta comunicação, apresentar alguns dados, relativos às instituições inquiridas:

i) Foram identificadas 13 instituições na freguesia em estudo e inquiridas 14 (Quadro 2); Da leitura, simples, mas interessante, que se pode realizar do Quadro 2, podemos verificar que, atendendo ao facto de a população adulta da freguesia ser de 145 indivíduos, se podem retirar as seguintes inferências: Existe uma taxa elevada de instituições (13), para a dimensão demográfica da freguesia (145 adultos);

1. No período considerado (1997-2007), o número de ambientes de aprendizagem identificados/disponibilizados pelas instituições locais pode considerar-se significativo (47), o que poderá indiciar forte actividade associativa e, no seio desta, uma eventual preocupação com a qualificação da população.

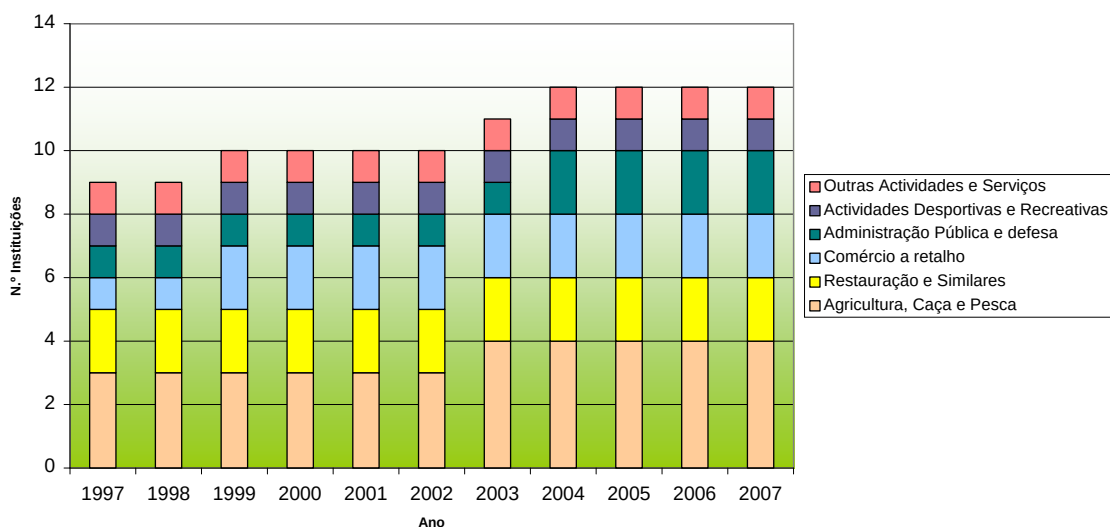
Quadro 2 – Instituições e Aprendizagens identificadas na freguesia de Nossa Senhora do Loreto/Juromenha (período 1997-2007)

Freguesia	Nº de instituições		Nº de aprendizagens
	Identificadas	Inquiridas	
Nossa Senhora do Loreto/Juromenha	13	12	47

ii) A maioria (66,7%) das instituições existentes foram fundadas em datas anteriores a 1997, permanecendo ininterruptamente em actividade até 2007 enquanto que uma pequena quantidade de instituições (33,3%) foi fundada durante a década alvo de análise. O conjunto das 12 instituições de

Juromenha revelou-se sobretudo pelo seu cariz privado ou similar (83,3%), atribuindo-se assim uma menor fatia ao sector público (estado - 16,7%).

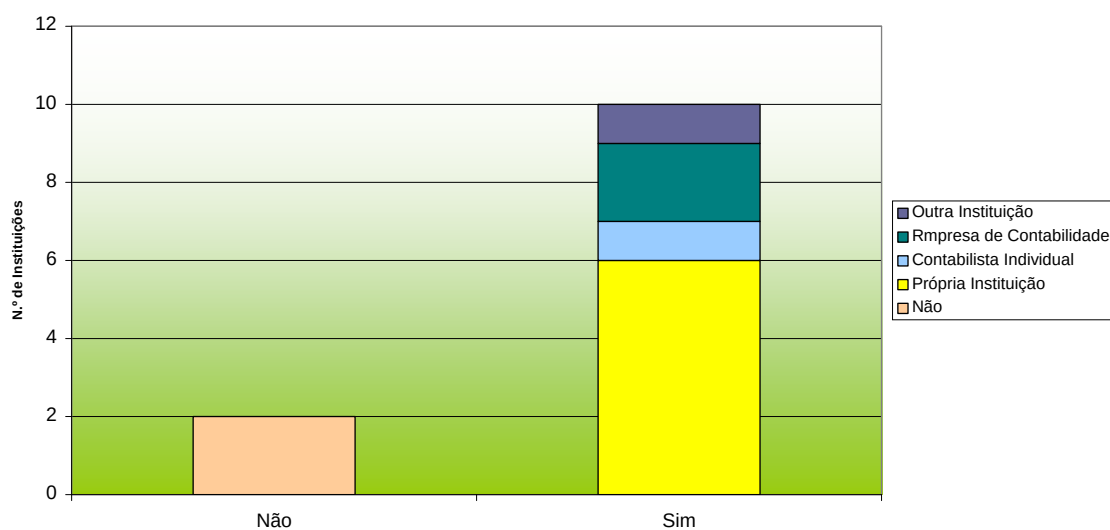
Gráfico 1: Instituições sedeadas na freguesia de Juromenha, por ano



iii) Durante o período compreendido entre 1997 e 2007 a acção protagonizada por alguns dos agentes locais é projectada num plano anual de actividades. São as entidades estatais e a empresa Jurofrutas que se evidenciam por desenvolverem este instrumento de trabalho. As restantes entidades não implementam a prática de conceber um documento desta natureza.

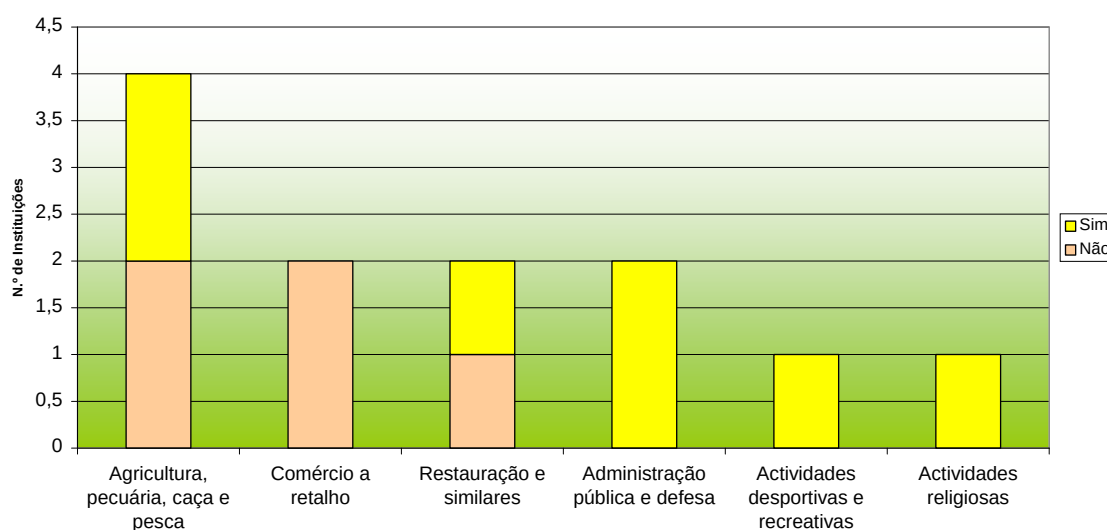
iv) A contabilidade é organizada em regra geral (83,3%), dissecando-se aqui duas instituições que não, correspondendo as últimas à área de actividade religiosa e as actividades de caça e pesca. Uma vez que se trata de duas instituições sem fins lucrativos, estas são livres de organizar ou não a sua contabilidade. Porém, as restantes instituições organizam-se no sentido de ser a própria instituição a dar resposta a este tipo de questões administrativas.

Gráfico 3: Organização da Contabilidade das Instituições de Juromenha, 1997-2007



v) O estabelecimento de uma eventual organização administrativa pressupõe a realização de reuniões de direcção e de assembleia, no caso de haverem membros constituídos. Em Juromenha as colectividades representadas reúnem os membros da direcção pontualmente. Todavia, sendo esta a disposição, prevê-se que as instituições afectas a algum comércio e agricultura, não disponham desta prática devido aos reduzidos recursos humanos afectos à área de actividade. Mesmo assim, das entidades sujeitas a teceres da direcção, a elaboração de actas vigora em 41,7% das situações, ilustrando um nível de estruturação elevado nas instituições.

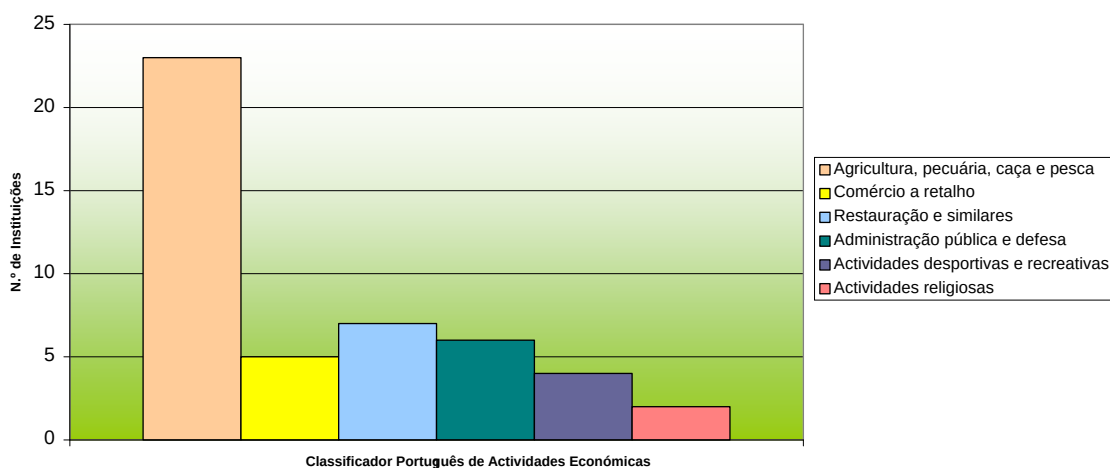
Gráfico 5: Realização de Reuniões de Direcção, por Área de Actividade (1997-2007)



vi) Os relacionamentos interinstitucionais permitem a prestação de serviços mais concertados com o apoio de outras instituições. Seja este ao

nível de supervisão, da prestação de serviços ou divisão de atribuições, o que parece inquestionável é a verificação de uma rentabilização de esforços que vai fomentar o desenvolvimento institucional, o que é notório no desenvolvimento local. As parcerias desenvolvidas no âmbito da agricultura, pecuária, caça e pesca são sobretudo com corporações de interesses semelhantes, com actuação à escala regional. Deve-se sublinhar a Escola Agrária de Elvas e a Federação Alentejana de Caçadores de Beja, que se constituem mais valias ao bom funcionamento das instituições locais e certamente contribuirão para a potenciação dos ambientes de aprendizagem do sector agrícola, da pecuária, caça e pesca. No âmbito da restauração é também evidente a parceria com Hazard Analysis Critical Control Points (HACCP) que é uma entidade referencial na disponibilização de informação, nomeadamente no que diz respeito a legislação e normas sobre segurança alimentar. As restantes parcerias são mais evidentes entre instituições concelhias e locais, que é bem evidente no associativismo que nomeia a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal do Alandroal e outras associações locais como a Choupana.

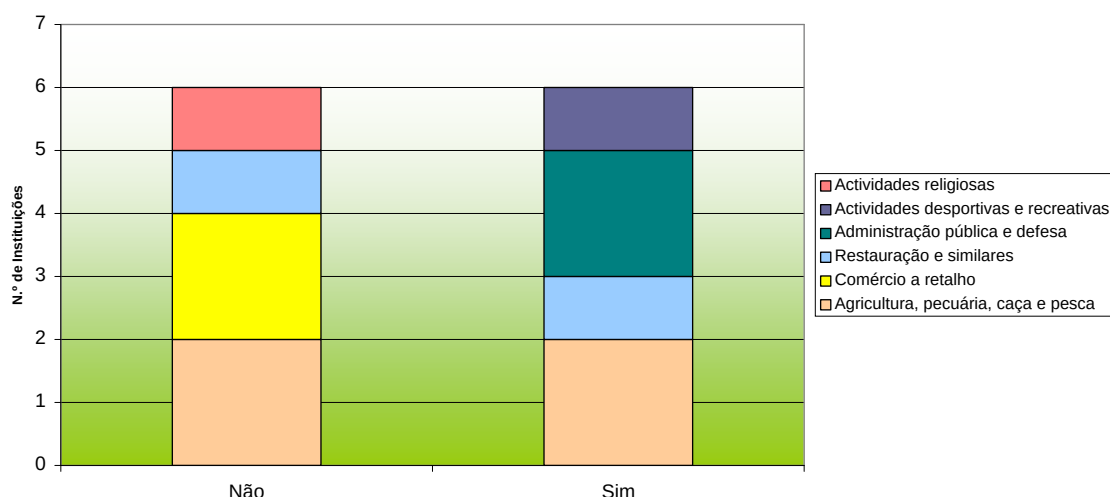
Gráfico 10: Número de Ambientes de Aprendizagem, por Área de Actividade (1997-2007)



vii) Ao longo de 10 anos de actividade das instituições presentes em Juromenha, verifica-se em média, a dinâmica de 4 ambientes de aprendizagem por instituição, o que é muito positivo e revelador de desenvolvimento local. Todavia, esses ambientes não se encontram distribuídos de modo tão uniforme e linear como transcrito. Importa

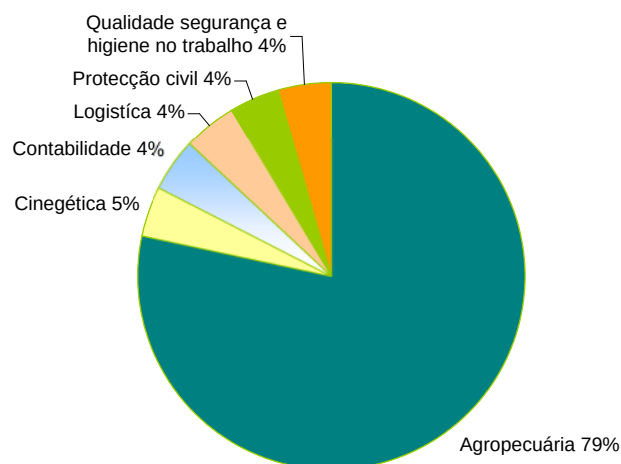
caracterizar a sua acção de maneira a se distinguir a sua dimensão nos diversos contextos. A “fotografia” tirada aos ambientes de aprendizagem reporta-nos para uma frequência absoluta de 47 ambientes, dos quais 23 alusivos à área da agricultura, pecuária, caça e pesca (48,9%), merecendo um enfoque especial por constituir aproximadamente metade da totalidade dos ambientes identificados.

Gráfico 9: Estabelecimento de Relacionamentos Interinstitucionais, por Área de Actividade (1997-2007)



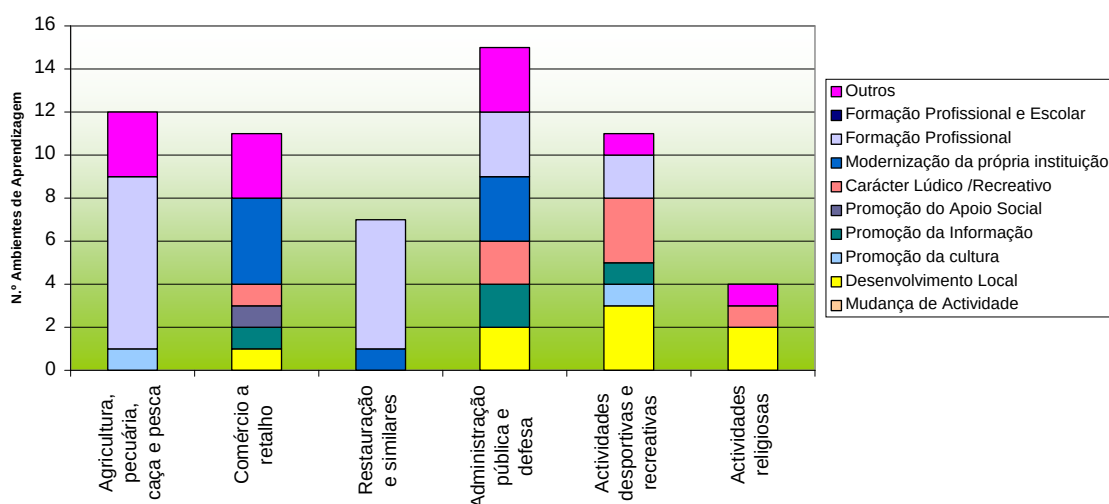
viii) Os ambientes de aprendizagem proporcionam o desenvolvimento de conhecimentos em diversos domínios. Ao analisarmos o investimento feito em cada área de actividade com mais pormenor detectamos o eixo da agropecuária como o mais forte. Este eixo pode traduzir-se pelas actividades relacionadas com o tratar do gado, plantar árvores, mondar, lavrar a terra, semear cereais... e não ficamos por aqui porque estas instituições também se desenvolveram em termos de qualidade, segurança e higiene no trabalho, protecção civil e contabilidade e finanças. Porém, não foi referido o aperfeiçoamento tecnológico, o que desperta algumas curiosidades. Indaga-se avanço tecnológico na instituição Jurofrutas, ideia esta sustentada pela parceria que estabelece com a escola agrária de Elvas e atendendo ao meio pequeno em causa, acredita-se que os pequenos agricultores se vão também modernizando a este nível, pela troca de experiencias facilitada entre instituições de uma mesma localidade de um território.

Gráfico 11: Categorias dos Ambientes de Aprendizagem da Agropecuária, Caça e Pesca (1997-2007)



ix) Cada ambiente de aprendizagem institucional tem uma ou mais meta(s) a atingir, independentemente da área de actividade privilegiada. A verdadeira aposta das entidades é na formação do pessoal da instituição, de facto, quando se aposta na formação dos recursos humanos a probabilidade de sucesso aumenta e os próprios funcionários sentem-se valorizados e maior é a possibilidade de elevarem as suas competências profissionais. A par deste objectivo, parece vir associado a modernização da própria instituição e por sua vez o desenvolvimento local.

Gráfico 17: Objectivos dos Ambientes de Aprendizagem, por Área de Actividade (1997-2007)



Como exemplo, apresentamos, na Figura seguinte, o conjunto de ambientes de aprendizagem identificadas em duas das instituições inquiridas (Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Loreto e a empresa Jurofrutas-Pomares do Monte Branco):

Figura 1 – Aprendizagens identificadas (exemplo)



Como se pode observar, nos dois casos apresentados, foi possível identificar 4 ambientes de aprendizagem disponibilizados pela autarquia (todas relacionados com a sua acção específica e dirigida aos seus responsáveis e colaboradores) e 7 ambientes de aprendizagem concebidas e disponibilizadas por uma empresa (também desenhadas e orientadas para os seus funcionários). Da análise que já foi possível realizar a cada um destes ambientes de aprendizagem referenciados, podemos indicar que apenas um deles foi certificado (a aprendizagem da informática, disponibilizada pela Junta de Freguesia). No entanto, a certificação em causa não possui valor académico ou profissional legal.

a) Dimensão Pessoal

O conhecimento dos ambientes de aprendizagem pessoais, partindo da noção desenvolvida neste estudo, é retratado a vários níveis: familiar, profissional, participação activa e cívica na sociedade, quotidiano dos sujeitos. Cada um dos níveis em estudo pode considerar-se um grande chavão de análise e é trabalhado através de um esforço permanente em retrospectivar o período de tempo em estudo. Com a convicção sempre assumida de que os dados recolhidos se baseiam nas opiniões dos sujeitos

inquiridos face às questões colocadas.

A amostra inquirida neste estudo é composta por 28 sujeitos, recenseados na freguesia de Juromenha e que em 1997 já tinham idade equivalente ou superior a 18 anos. O cálculo da amostra baseou-se na distribuição da população de acordo com os números do Instituto Nacional de Estatística nos Censos 2001. Os critérios seguidos para distribuição da população da freguesia foram ao nível etário, género e habilitação literária.

	N Feminino	%	N Masculino	%	TOTAL
Local de Residência 1997-2007					
Juromenha	14	50	13	46,4	96,4
Juromenha e outra localidade	-	-	1	3,6	3,6
Idade					
30-37	1	3,6	-	-	3,6
38-47	4	14,3	5	17,9	32,1
48-57	1	3,6	3	10,7	14,3
58-57	2	7,1	-	-	7,1
68-67	4	14,3	3	10,7	24,1
78->82	2	7,1	3	10,7	17,8
Estado Civil					
Solteiro	-	-	2	7,1	7,1
Casado	10	35,7	10	35,7	71,4
Divorciado	1	3,6	-	-	3,6
Viúvo	3	10,7	2	7,1	17,8
Habilitação Literária					
Ausência (analfabeto)	4	14,3	2	7,1	21,4
2.º Ano	-	-	1	3,6	3,6
3.º Ano	1	3,6	-	-	3,6
4.º Ano	8	28,6	7	24,1	53,6
6.º Ano	1	3,6	1	3,6	7,1
9.º Ano	-	-	3	10,7	10,7

-

As principais razões que motivaram os habitantes a permanecer no local de residência são sobretudo familiares (42,9%), pelo duplo sentido de lá terem

vivido com a família de origem, e lá constituírem posteriormente novos laços familiares associados à concepção de uma nova família. As razões profissionais e as habitacionais também são bastante implicativas na permanência das pessoas na vila.

O relacionamento dos públicos rurais com o sistema educativo ao longo dos tempos nem sempre foi tão facilitado como é hoje em dia. Preservando novos valores como a gratuidade, universalidade e obrigatoriedade, que vieram transformar o paradigma do acesso à educação.

VI. Reflexão Final

O universo de instituições existentes superou, em grande medida, as expectativas iniciais e o conjunto de aprendizagens identificadas está, claramente, para lá do que seria imaginável, num território tão pequeno e com uma demografia tão baixa. Temos, hoje, a clara percepção de que a análise – ainda em curso – às aprendizagens identificadas nos revelará um universo, ainda pouco conhecido, de contextos não formais e informais de educação, mas decisivo e significativo no processo de qualificação dos indivíduos residentes no concelho do Alandroal.

No momento em que se apresentam estes resultados, poderemos concluir que, pelo exemplo que recolhemos em Nossa Senhora do Loreto/Juromenha, a rede institucional existente no território em estudo terá, eventualmente, um papel relevante no **mapa educacional** do território do concelho do Alandroal. Perece-nos ser interessante concluir a cartografia da rede de instituições e de aprendizagens e, em sequência, cruzar esse mapa com o mapa das aprendizagens concretizadas pelos indivíduos. Dessa forma, será possível avaliar, de forma objectiva e clara, a presença das instituições da sociedade civil na construção, individual, familiar e comunitária, no processo de construção dos diferentes projectos educativos. É esta a tarefa que decorre no seio da equipa de investigação do presente projecto de investigação. Sendo o território um factor determinante no processo de qualificação dos indivíduos e das instituições, é já evidente e fundamental que, em cada contexto territorial, se proceda a uma adequada cartografia de todas as aprendizagens existentes. Sem este exercício, conceptual e institucionalmente, alargado e rigoroso, não será possível a construção de um

verdadeiro mapa educacional, enquanto verdadeiro e participado instrumento de apoio à gestão local e regional da Educação e da Formação.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ambrósio, T. (2005). "Futuros para a Educação: a inteligibilidade indispensável". in *Educação. Temas e Problemas*. 1. pp: 69-78
- Arroteia, J. et al (2000). *Gafanha da Nazaré: escola e comunidade numa sociedade em mudança*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- Canário, R. (1996). "Nota de Apresentação". in Natália Alves et al. *A escola e o espaço local: políticas e actores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- Ferragolo da Veiga, J. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora
- Ferreira, F. (2005). *O Local em Educação: animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e Desenvolvimento Comunitário: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Porto: Profedições
- Lima, L. & Erasmie, T. (1982). *Inquérito às Associações do Distrito de Braga*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho
- Nico, B. (2008). "Aprender no Interior português: Vértices para um pensamento integrado e uma acção responsável". in Bravo Nico (Org.). *Aprendizagens do Interior: reflexões e fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Patrício, M. (2005). "Rumos desejados para a Educação portuguesa. Reflexão inicial, sob a influência de Teixeira de Pascoaes". in *Educação. Temas e Problemas*. 1. pp: 65-68
- Patrício, M. (2008). "Que rumo para a Educação no Alentejo". in Bravo Nico et al (Coords). *Aprender no Alentejo – IV Encontro Regional de Educação*. Évora: Universidade de Évora. pp: 11-17